



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 1^a Sessão Ordinária / 23 de junho de
2020

PREÂMBULO

---Aos **vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do **Centro Social de Belém**, a **1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2020**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

----- **P o n t o 1** – Período antes da Ordem do Dia;

-----**Ponto 2** – Apreciação e votação da ata da reunião de 17-12-2019; -----

-----**Ponto 3** – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2019;

-----**Ponto 4** – Apreciação e aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2020 (PPI e PPA); -----

-----**Ponto 5** – Apreciação do Inventário a 2019/12/31; -----

-----**Ponto 6** – Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

-----**Ponto 7** – Protocolo com a produtora UAU para apresentação da exposição Meet Vincent Van Gogh - Prorrogação do prazo; -----

-----**Ponto 8** – Apreciação e ratificação da adenda a contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Belém (contrato nº 8-UCT-DRJF-2019);

-----**Ponto 9** – Apreciação e ratificação da adenda ao Contrato de objetivos entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP no âmbito do GIP;

-

-----**Ponto 10** – Apreciação e ratificação de protocolo com o Clube de Futebol “Os Belenenses”.

-----**Ponto 11** – Apreciação e aprovação das alterações ao Regimento dos Clubes Paula Vicente;

-

-----**Ponto 12** – Apreciação e aprovação do regulamento do PsicoBelém; -----

----- **P o n t o 13** – Apreciação e ratificação de doações;

-----**Ponto 14** – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. -----

---A sessão foi presidida por Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (PSD), e secretariada por Luís Branco da Silva (PSD), Primeiro Secretário, e Margarida Maria Olazabal Cabral (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---José Manuel Marques de Matos Rosa (PSD)-----

---Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD)-----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---- Maria Judite Oliveira Cristas Macieira Fragoso (CDS-

PP)-----

----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Maria Teresa Mourão de Almeida (PS)-----

---- António Óscar Rio Machado Rodrigues (PS)-----

---- Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Mafalda Costa Farmhouse (PS)-----

---- Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Registaram-se os seguintes pedidos de substituição: Margarida Maria Olazabal Cabral (PSD); José Manuel Marques de Matos Rosa (PSD). -----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Período antes da Ordem do Dia

--- Josué Caldeira (PCP) ---

... Junta de Freguesia, ou ao Executivo, era que nos desse informação sobre as medidas que a Junta de Freguesia tomou durante este período, dirigidas especificamente ao apoio ao tecido empresarial local, evidentemente no quadro das suas competências, da Junta de Freguesia, e fundamentalmente tentar perceber o que é que aconteceu à tabela de taxas e de preços que incide sobre as empresas.

A segunda pergunta que gostaria também de fazer, e que vem na sequência deste período que atravessamos, era também para pedir uma informação sobre o que aconteceu aos contratos de prestação de serviços, nomeadamente no que isto se aplica, fundamentalmente na área da educação, o que é que aconteceu à vigência destes contratos de prestação de serviços, e aos pagamentos, nomeadamente durante os meses de março, abril e maio deste ano.

Eram estas as duas perguntas que eu tinha para fazer.

--- José Matos Rosa (PSD) ---

A questão que queria colocar ao Sr. Presidente era que, se fosse possível, esclarecesse, enquanto estava aqui o freguês de Caselas, que estava muito aborrecido porque não tinha tido conhecimento de que não havia público, por causa das medidas que foram tomadas ontem, outras que já vinham deste tipo de reuniões, e as normas com que se devem realizar, queria que o Sr. Presidente nos dissesse se foi também colocado nos editais a dizer que esta reunião não

tinha público, e se não foi, pronto, que seja a partir de agora, para as pessoas não virem ao engano e ficaram aborrecidas, como aquele freguês, que ficou muito aborrecido por não ter tido conhecimento desta situação.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

A pergunta ao Sr. Presidente é a pergunta óbvia, era se o Sr. Presidente poderia fazer um ponto de situação da freguesia, da situação durante a pandemia. Ou seja, a nível de apoios sociais, sabemos que houve várias instituições, umas que tiveram problemas por falta de voluntariado, outras que encerraram por razões de confinamento; por outro lado, houve uma maior necessidade de outras. Sabemos que eventos, nomeadamente desportivos, foram obviamente cancelados, e muito bem, mas saber quais são as consequências que isso tem em termos de agendamento. Sabemos também que na higiene urbana houve dificuldades, também por causa da quarentena, saberemos qual é o ponto de situação.

No fundo, era se nos podia elucidar, penso que é a pergunta óbvia nesta primeira reunião nesta situação tão estranha, que nos pudesse falar um pouco sobre isto, para pelo menos ficarmos a conhecer melhor a situação das várias instituições, das atividades e do apoio social, nomeadamente também na questão das escolas, na nossa Freguesia de Belém.

--- Teresa Almeida (PS) ---

Obviamente que nós, Partido Socialista, também secundamos a necessidade de haver uma informação exaustiva. É verdade que sentimos na informação escrita que pela primeira vez havia informação relevante e interessante sobre o que é que foi o decorrer destes meses com a atividade da freguesia. Mas, de qualquer maneira, a informação escrita é mais ampla do que aquilo que é esta situação presente, e da necessidade de políticas de resposta ativas.

E portanto, é evidente que o Partido Socialista também pretende saber como foi sentido e como foram resolvidos os casos mais difíceis aqui na freguesia, e a articulação que houve necessariamente, quer com a Câmara Municipal, quer com o Governo, aqui com as autoridades de saúde, e já foi focada também a questão dos equipamentos educativos. E portanto, é secundar a vontade de ter, neste período de antes da ordem do dia, um ponto específico sobre estas respostas que a Junta de Freguesia necessariamente teve que dar.

--- Presidente da Mesa ---

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, só dizer o seguinte, da minha parte, na parte que me foi colocada, designadamente pelo José Matos Rosa, e que me cabe a mim responder, e portanto, farei já essa resposta, e que é o seguinte: foi-me pedido a mim, como é normal, como é da Lei, pelo Executivo, que fosse marcada esta reunião. Na altura em que ela foi marcada, não havia nenhuma dúvida essencial, este era um período em que as reuniões, todas elas retomavam, voltavam à normalidade, e não se punha a questão de maior ??? nunca deixei de participar em reuniões, até com muito mais pessoas, ao longo de todo o período da pandemia – mas isso, para o caso, não é relevante, isso deriva da minha situação, que não tem que ser partilhada por todos. E portanto, a reunião foi marcada com essa normalidade.

Há, de facto, um erro, que é um erro comum, meu e do Executivo, que é de não termos posto no próprio edital a informação de que a reunião seria sem público, coisa que as normas excepcionais que foram aprovadas o permitem expressamente – portanto, não há aí nenhuma invenção da nossa parte, por assim dizer, o regime que foi aprovado permite expressamente que as reuniões dos órgãos do Poder Local sejam feitas sem público.

Entretanto, foi-me também colocada por alguns membros desta Assembleia de Freguesia, e mais diretamente e mais pessoalmente pela Coordenadora do Partido Socialista, Teresa Almeida, a questão da reunião de hoje, em face às decisões de ontem. Devo dizer-vos que, em relação a isso, nós procurámos conjugar várias opiniões. Ou seja, da minha parte havia disponibilidade para que esta reunião fosse feita, ou por outros meios remotos, como têm sido feitas outras reuniões – sei, por exemplo, que a Assembleia Municipal assim tem reunido – havia disponibilidade. Isso não era, porém, pelo que percebi, fácil de instalar para hoje, quando a questão nos chegou. Havia também disponibilidade para que a reunião fosse adiada, se houvesse incómodo de algum dos Grupos presentes em relação à realização desta reunião. E no fim, chegámos a um entendimento de que, nas circunstâncias que foram encontradas – que são estas circunstâncias de distanciamento e com uma sala sem público – havia condições de realizarmos a reunião. Foram estes os termos da decisão, são estes os termos que nós manteremos daqui em diante. Se houver dúvidas, ou se algum Grupo criar essas dúvidas, tem a minha disponibilidade para adotarmos uma solução, o próprio Executivo seguramente estudará a possibilidade, numa próxima reunião, se a situação não estiver melhor, de a podermos fazer por meios remotos. Hoje, procuraremos ser objetivos e diretos.

O Matos Rosa tem toda a razão, nós devíamos, de facto, ter feito esse mesmo aviso, e o cidadão em questão também tem toda a razão, porque o aviso não foi feito.

--- Presidente do Executivo ---

Antes de mais, tenho que, na parte que me compete também, da preparação, ou de ajudar a preparar o próprio edital, é evidente que podia ter indicado isso. Só reparei nisso um tempo depois, já não dava para mudar. É evidente que era imperativa esta questão destas reuniões dos órgãos autárquicos, nesta fase, serem sempre ??? a Assembleia da República, que tem sido muito firme. Não é isso que está em causa, era só para evitarmos que as pessoas viessem aqui em vão, o que nós lamentamos, sou o primeiro a lamentar isso. Mas, realmente, era mais correto se tivesse sido escrito, no final da convocatória, a dizer que nos termos da Lei tal e tal, esta reunião não pode ter público na assistência. Era só isso. Lamento, da minha parte, e queria que ficasse isso bem frisado. Da minha parte, peço desculpas.

Vamos, então, começar aqui pelo representante do Partido Comunista. Duas questões, uma era sobre as medidas que nós temos estado a tomar nesta fase complicada do Covid, e uma outra era o que aconteceu com os contratos de prestação de serviços que nós temos, nomeadamente no domínio da educação. Vamos começar por essas partes. Houve outras pessoas e outros

Partidos que também perguntaram sobre as principais medidas que nós tomámos, salvo erro o CDS e o PS.

Neste caso concreto, como devem calcular, é uma situação inédita, nós tivemos que encontrar um esquema adequado para as necessidades, não sabíamos o que é que isto ia dar, ainda não sabemos totalmente, como é evidente, mas uma das nossas grandes preocupações foi continuarmos a funcionar em condições de segurança, para os nossos colaboradores também. Mas, não podíamos fugir, porque tínhamos obrigações, tínhamos de estar na linha da frente nas diversas vertentes. E por isso mesmo, tivemos que nos organizar, consoante cada departamento, consoante se era a parte da educação, se era a parte da higiene urbana, se era a parte da ação social, ou outro tipo de situações – licenciamento, por aí fora.

E uma das questões que nós pensámos logo, por exemplo, na parte da higiene urbana, foi logo dividirmos os colaboradores em dois turnos – uma semana um, e outra semana outro. Por quê? Para minimizarmos o risco, porque talvez ficassem infetados com o Covid, e nós teríamos de pôr toda a gente em casa. E assim, ia só metade do turno. Isto é um grande risco, como é evidente, a situação da freguesia não está nada famosa em termos de higiene urbana, porque estamos a trabalhar com metade do pessoal. Se tudo correr bem, teremos já na próxima semana as pessoas em pleno a trabalhar. Até agora, tem sido nesse sistema, praticamente, de turno, semana sim, semana não. Temos estado a fazer um grande esforço, tenho que louvar o trabalho dos nossos funcionários. Não tivemos grandes problemas, a não ser nesta parte final, em que a mulher de um dos nossos funcionários esteve infetada, ele está em casa ??? ficou em casa. De resto, não temos tido mais problemas na parte da higiene urbana.

Obviamente que a nossa preocupação foi arranjar material e não ficarmos em situação delicada, sem termos material, pelo menos para os nossos colaboradores. Nunca chegámos a pensar dar uma máscara a cada freguês, que isso era *show off*, tínhamos de guardar para os nossos colaboradores. E nesse aspeto, diversificámos as nossas diligências. Além de uma parte mais institucional, nomeadamente com a Câmara de Lisboa, que colaborou muito na parte do material conosco – aliás, com todas as Juntas de Freguesia – e continua a colaborar, para os nossos colaboradores. Também fomos ao mercado externo adquirir – e não foi nada fácil – também algum material, algumas coisas que não tínhamos garantido do lado da Câmara, e também tivemos ofertas de entidades privadas, que de uma forma muito abnegada, no âmbito da responsabilidade social, resolveram apoiar a nossa freguesia, dando-nos máscaras. E isso foi muito importante para nós apoiarmos ??? quer pessoas mais expostas, devido a várias situações – ou doença, ou idade – e conseguimos, de facto, com isso tudo incluir algumas dessas máscaras nas entregas que estivemos a fazer diariamente – aliás, em equipas aqui lideradas pelo João Carvalhosa, que de uma forma bastante competente esteve na frente, a apoiar essa parte da ação social, a fazer entregas diárias de alimentação, de remédios, e também de algum material de proteção para essas pessoas que estavam em casa.

Esse foi um trabalho muito importante, não houve ninguém que não tivesse tido essa resposta por parte da Junta, tivemos capacidade de resposta para isso, tivemos muitos voluntários a

oferecerem-se, até mais do que a necessidade, e tem que se organizar, não é fácil, mas conseguir, com os nossos próprios meios técnicos, máquinas, e depois com a oferta desses voluntários, o trabalho que eles fizeram diariamente, arriscando um pouco até a sua própria saúde, para andar a entregar estes itens às pessoas que estavam necessitadas. ??? havia algumas pessoas que pagavam, outras que não podiam pagar, era mesmo oferecido, consoante o tipo de produtos. E depois, também começámos a ter produtos frescos para entregar às pessoas.

Depois, houve uma altura em que o REFOOD também não tinha capacidade de resposta – aliás, a matéria-prima do REFOOD estava inoperante, não havia restaurantes, de maneira que conseguimos, em ligação com a Câmara de Lisboa e com a Santa Casa da Misericórdia, ter cerca de cento e trinta refeições diárias, em que disponibilizávamos aos ditos beneficiários do REFOOD, e com os voluntários do REFOOD, em vez de termos um local só, diversificámos os locais, para ajudar a minimizar o risco de grandes aglomerados e distribuirmos a alimentação que tínhamos para essas pessoas que estavam necessitadas.

Mas, de qualquer forma, para terem uma ideia da dimensão desta operação, tínhamos na parte da ação social várias pessoas, em vários setores – na ação social, tínhamos algumas pessoas em teletrabalho ??? nas instalações, estavam em ligação, e estavam a telefonar, a contactar telefonicamente ??? quer os nossos idosos, pessoas que nós conhecemos, a ligar para eles, para saber se estavam com alguma necessidade, ou não, o que é que precisavam, e nós íamos adquirir e levar a casa das pessoas. Isto, para nós, acho que é uma das coisas mais importantes, foi fundamentalmente o trabalho de voluntariado, com alturas em que até tivemos que não aceitar o trabalho dessas pessoas, que não obstante se disponibilizaram para fazer esse trabalho, mas achámos que não poderíamos aceitar, agradecemos, mas eram pessoas que tinham uma idade muito avançada, era um risco, e era melhor ficarem em casa.

Houve ações muito bonitas no meio disto tudo – continua a haver, aliás – mas esta, para mim, foi fundamental, fornecer a alimentação e remédios às pessoas que estavam em casa. E também o próprio apoio psicológico, o facto de estarmos a falar com elas, a pedir-lhes calma, e a saber o que é que eles têm, isso é muito importante, essa conversa diária para as pessoas que não têm mais nada, muitas vezes, para saber o que é que se passa, esse trabalho na parte psicológica.

Ainda bem que temos a funcionar já o PsicoBelém, na Junta de Freguesia, mas de alguma forma já estamos a fazer algum trabalho nesse aspeto, ligado ao PsicoBelém, cada vez mais para as pessoas que ficaram confinadas em casa, e isto cada vez é mais complicado para as pessoas, há pessoas que nós sentimos que ficaram um bocadinho afetadas, e que ainda estão afetadas, e como, temos de ir ajudando neste regresso à normalidade.

Também houve um projeto muito interessante que fizemos, que foi o LEIA. O LEIA tem tido muita aceitação; o LEIA é um projeto em que pegámos numa lista de livros que temos na nossa biblioteca, que estava no *Facebook*, anunciámos isto em vários sítios, e as pessoas telefonavam para a Junta e pediam um livro, e nós íamos levar a casa esse livro, para as pessoas estarem

em casa e poderem ler – porque os livros são caros. Houve muita aceitação deste projeto, foi interessante, porque é diferente, e não custa muito dinheiro, só a gasolina e o funcionário, ou um voluntário que vai lá levar o livro, que depois é restituído. Mas, foi um projeto interessante também, um projeto da parte da cultura, mas também da área do lazer, e que correu bastante bem.

Obviamente, outro projeto fundamental, e que é sempre um projeto na linha da frente, é a higiene urbana. A higiene urbana foi um projeto que nos obrigou a estar sempre em cima do acontecimento, porque havia sempre ajustes a fazer, mas que, até agora, não obstante ???, eu acho que a coisa tem estado a correr bem. Obviamente, estamos a tentar admitir mais pessoas para integrar nos quadros, mas, de qualquer forma, fizeram um bom trabalho, quer nas desinfestações, quer na varredura e lavagem contínuas, foi muito importante. Nesse aspeto, também conseguimos arranjar material, nunca houve falta de material, tivemos que gerir isto, continuamos a gerir com parcimónia, mas também tive que estar a explicar esse aspeto ??? higiene urbana, mas não podiam andar no espaço público a varrer e a lavar com uma máscara ???. Isso era mais perigoso ainda. As máscaras devem andar dentro dos carros, de um lado para o outro, para usarem nos espaços fechados, nos estabelecimentos, mas não andarem ??? na via pública, porque isso, então, é que era muito perigoso, e para rentabilizarmos também o material que temos. Não é poupar, mas otimizar ao máximo o material. Mesmo até nos próprios fatos, aqueles fatos próprios que eles têm para fazer esse trabalho, de desinfestação, nos locais principais da freguesia – não estou a falar das ruas propriamente ditas, estou a falar ??? em frente ??? passeios, as farmácias, as esquadras de polícia, os *take away*, e esse tipo de zonas onde havia mais pessoas, isso aí também correu muito bem, tivemos produto para esse efeito também, sempre em ligação com a Câmara Municipal de Lisboa. Gostava de referir o papel do Vereador Carlos Castro, bastante positivo, sempre presente. Foi, de facto, e tem sido o apoio melhor que nós temos tido nesse aspeto, entre a Câmara e a Junta nessa matéria, o que é bom para a freguesia e para a cidade. E por isso mesmo, acho que tem sido adequado ao risco tudo o que se tem feito.

Também na parte da educação, desde que começámos a reabrir os jardins infantis e escolas, também temos estado a ceder material às nossas equipas para esse efeito. Houve uma altura em que havia escolas que tinham uma sala de acolhimento. Por quê? Porque havia pais polícias, ou enfermeiros, ou médicos, e não tinham um sítio onde deixar os filhos, e nós acolhemos numa escola esses meninos, onde estavam devidamente guardados por pessoas perfeitamente competentes para a matéria, com pessoal especializado nas nossas escolas, isso foi organizado por nós também, com material de proteção adequado. E portanto, houve essa alternativa.

No meio disto tudo, tínhamos os nossos colaboradores, os nossos colaboradores, que podia ir para teletrabalho foi para teletrabalho ??? podiam estar em casa, uns mais, outros menos, tentámos aqui para minimizar o risco, para não os ter todos juntos no local de trabalho, para diminuir um bocadinho o risco – se alguém estivesse infetado, todos poderiam ficar infetados. E isso, penso que foi feito também, até agora – agora estamos a levantar a pouco e pouco, vai ser levantado mais um ou outro departamento até ao final desta semana, a ação social, em muitos

aspetos, a higiene urbana, e a educação. De resto, já está praticamente tudo a funcionar. É muito tempo fora, e mesmo assim, digam o que disserem, ??? ou não estar em teletrabalho. Mas, isto é uma autarquia, em que temos que estar no terreno, com as pessoas, eu próprio ??? na altura, não por mim, mas por uma questão familiar, também me custou um bocado, mas, tinha que ser, isso aconteceu a todos nós, mas fomo-nos revezando. A Junta esteve sempre a corresponder, arranjámos horários diversificados na Junta, uma vez ficou só a sede a funcionar, fechou-se a delegação ao público, e havia regras próprias, nos termos da Lei ??? da DGS para receber pessoas. Não houve ninguém que tivesse deixado de ficar atendido, nas diferentes matérias, a Junta nunca fechou. A piscina foi logo das primeiras instalações a fechar, como é lógico, logo ao princípio.

E nós aqui, de facto, temos cerca de duzentos colaboradores, cerca de oitenta, setenta e tal trabalhadores em regime de prestação de serviços, nomeadamente vários professores de natação na piscina, e algumas pessoas também na educação. Nós tomámos uma decisão – aliás, depois de também ver como é que era o bom senso nesta situação especial, outras entidades também estavam a fazer isso, concertámos com a própria Câmara de Lisboa, e com outras Juntas de Freguesia, e achámos que numa altura destas, tão difícil para os próprios agregados familiares, que têm as suas obrigações, e que ficaram, de facto, atrapalhados para pagar os compromissos que têm nas suas vidas, nós decidimos, numa situação destas, também depois de vermos as situações que existiam a nível, quer do próprio Tribunal de Contas, e outras instituições congéneres, achámos que devíamos continuar a pagar, porque não tinha sido voluntariamente que as pessoas tinham deixado de trabalhar, foi devido a uma pandemia, que é uma condição excepcional. E portanto, não houve ninguém que tivesse ficado sem a remuneração da Junta de Freguesia de Belém durante este tempo todo, fosse contrato de trabalho, fosse contrato de prestação de serviços. Eu sei que juridicamente, a prestação de serviços só recebe se fizer efetivamente o serviço. Não, numa interpretação mais ampla – e até mesmo o próprio subsídio de almoço se pagou a quem estava em teletrabalho, pedimos pareceres jurídicos sobre essa matéria, e também concertámos com a própria Câmara de Lisboa e com as Juntas de Freguesia, ??? porque, de facto, se nós estamos a apoiar os nossos cidadãos, os nossos fregueses no terreno, igualmente também devíamos apoiar os nossos colaboradores. E por isso mesmo, ninguém ficou sem remuneração até agora. Sei que nos estão muito agradecidos, muitos deles não imaginavam, ficarem este tempo todo, nessa matéria. É evidente que isto é um rombo financeiro para a Junta de Freguesia, mas penso que é por uma boa causa. E como temos condições, devido à nossa situação financeira, que é favorável, graças a Deus conseguimos ter uma situação financeira robusta e que nos dá para aguentar esta fase complicada. E portanto, a perspetiva é mesmo até ao final do ano ??? centenas de milhares de euros, mas vamos transitar algumas centenas, também grandes, de milhares de euros, e vamos passar esta fase, espero, o melhor possível, sem ter que cortar remunerações aos nossos colaboradores. É evidente que a piscina é dos maiores rombos, porque a piscina, além de estarmos a pagar as remunerações a toda a gente, não estamos a receber qualquer tipo de receitas – portanto, é um prejuízo ao quadrado. A piscina paga-se por ela própria, mas é quando está a funcionar; agora, não estando a funcionar, não é nada fácil.

Mas, o que eu vos quero dizer é que, de facto, acho que nos aguentámos bem, estamos a aguentar-nos bem, estamos em condições de continuar a fazer a nossa atividade em prol dos outros, de toda a gente, nomeadamente aqueles que mais precisam, estamos atentos a isso nos diferentes setores, mas, de uma forma geral, nós estivemos disponíveis para tudo, e os nossos meios foram alocados para todo este tipo de situações, mesmo até no âmbito da Paróquia, que também nos pediu apoio, porque teve problemas, apoiámos até financeiramente o abrigo infantil, apoiámos também a Mesa de Nossa Senhora, porque tínhamos que recomeçar a dar comida aos sem-abrigo – que, como sabem, é uma refeição quente, a única que eles têm por dia, muitos deles, e conseguimos, de facto, que isto fosse uma realidade.

Também criámos um centro de testes Covid aqui na nossa freguesia, na Rua Gonçalves Zarco, e nós também apoiámos, juntamente com outras Juntas de Freguesia da zona ocidental de Lisboa e da zona de Oeiras, mas nós conseguimos arranjar alimentação para os profissionais ??? todos os dias levámos alimentação para os profissionais de saúde que estão nesse centro de saúde, e apoiámos também essas pessoas que estão a trabalhar nessas situações muito delicadas.

De uma forma geral, foi isto. Não sei se era isso que queriam com o que perguntaram.

As empresas, nomeadamente a restauração, e não só, mas neste caso específico, como nós temos também uma importante matéria em termos de licenciamentos, das esplanadas, houve uma orientação em Lisboa de as Juntas não cobrarem nada até ao final do ano das esplanadas, e até incentivar a que se possam criar esplanadas, nem que seja só durante uns meses, sem pagarem nada, e incentivarmos e autorizarmos esplanadas que sejam deslocadas, que não sejam mesmo juntas, do outro lado da rua, do outro lado do passeio, e isso está a ser feito. É uma forma de ajudar os negócios, para que retomem a normalidade o mais depressa possível – o que não está a acontecer, não está a ser nada fácil. Mas, estamos de uma forma muito aberta, e as pessoas têm-nos agradecido isso. Colaborámos, às vezes até fazemos os desenhos, os bonecos, para a instalação das esplanadas, que não pagam nada até ao final do ano – depois, em janeiro, logo se vê – mas em que até, inclusive, algumas vezes, para fazerem esplanadas nos locais onde é estacionamento, fazer uma esplanada e deixar o passeio livre, quando cada caso é um caso – temos vários casos aqui, vocês já viram, umas casas mais conhecidas do que outras, ainda não estão todos experimentados, alguns querem fazer de uma forma melhor, mas estamos a fazer isso, e isso é uma grande ajuda para os empresários – para nós, vai ser um rombo de vários milhares de euros, mas é por uma boa causa.

No meio disto tudo, também em colaboração com a Câmara, decidimos fazer umas obras, que vão ser através de CDC também, mas que vão ajudar bastante nisto, que é alargar a zona de esplanadas da Rua de Belém e da Rua da Junqueira, e vamos fazer com o perfil que há ali na Rua da Junqueira ??? mais ou menos até ??? o nivelamento daquela zona, e vamos também fazer o nivelamento aqui na zona da Rua de Belém, que vem dos pastéis de Belém até ao Largo do Jerónimos, também de esplanadas. ??? nesta zona turística por excelência, ??? já temos o projeto, já foi comunicado para a Câmara, e vamos avançar rapidamente com essa empreitada, muito em breve. Vai demorar um mês, e portanto, também é um apoio que se vai fazer,

importante também para esses profissionais da restauração. Mas, isto aplica-se a todo o universo empresarial. Posso dizer alguns casos – não vou dar aqui o nome de empresas, mas vocês vão vendo – mas, temos estado de uma forma muito colaborante e terra a terra a tentar ajudá-los, de uma forma expedita, essas entidades – que vocês conhecem várias – para que realmente essas esplanadas sejam um meio para mais pessoas irem ao café, poderem libertar-se um bocadinho mais do stress, e também é melhor para os próprios empresários, para conseguirem ter mais algum dinheiro.

De uma forma geral, era isto, mas se quiserem fazer perguntas, estou disponível.

--- Presidente da Mesa ---

Nós temos duas moções que deram entrada na Mesa, neste momento. Passaria, ainda antes de encerrarmos este período de antes da ordem do dia, a essas mesmas moções.

Em primeiro, temos um voto de pesar, apresentado pelo Partido Socialista.

“Voto de pesar pelo falecimento de Júlio Miranda Calha”

“Faleceu, no passado dia 28 de março, Júlio Francisco Miranda Calha, destacada figura da política nacional e da cidadania ativa, e ilustre residente na Freguesia de Belém.

Miranda Calha, especialmente conhecido dos portugueses pelo seu desempenho das funções de Secretário de Estado e de Deputado, desde a Assembleia Constituinte até à última Legislatura, mas também enquanto Governador Civil e Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre, terra onde nasceu.

Iminente especialista em matérias de defesa, presidiu à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, foi membro da Comissão de Defesa da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental, Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, Presidente da Comissão de Segurança e Defesa da Assembleia Parlamentar daquela organização, Vice-Presidente da Comissão Económica da Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte, entre outros lugares de relevo.

Professor de profissão, licenciado em letras, foi o autor de várias obras sobre temas de política, defesa nacional, desporto e autarquias. Foi também candidato à Freguesia de Belém nas eleições autárquicas de 2013, tendo liderado a Bancada do Partido Socialista durante quatro anos.

Era, à data do seu falecimento, Presidente da Comissão Portuguesa do Atlântico, associação filiada na Associação do Tratado do Atlântico, que tem por objeto dar a conhecer a NATO e a sua importante missão.

Pela sua dedicação à causa pública e excelência no exercício de funções, foi condecorado com a Grande Cruz da Ordem de Mérito, distinguido como Grande Oficial da Ordem do Infante, e agraciado com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro pelo Município de Portalegre.

Por toda a sua carreira e contributo para a causa pública, a Assembleia de Freguesia de Belém, reunida no dia 23 de junho de 2020, expressa o seu pesar pelo falecimento de Júlio Miranda Calha, devendo este voto ser remetido à família e tornado público pelas vias habituais.”

Obviamente, a Mesa associa-se também a este voto. O Dr. Miranda Calha era – e gostaria também de dar testemunho disso – muito respeitado no Parlamento Português, muito respeitado e muito estimado, tinha muitos bons amigos, entre os quais tive o gosto de me incluir. E portanto, queria, obviamente, associar-me a este voto.

--- José Matos Rosa (PSD) ---

O PSD gostava de se associar também a este voto, e subscrever este voto, porque são pessoas como o Dr. Júlio Miranda Calha, um ilustre português, um homem que também representa bem aquilo que a democracia em Portugal tem de bom, e as coisas boas que tem Portugal. Ele foi um bom representante do Distrito de Portalegre, e também do Concelho de Portalegre, mas também um ilustre representante de todos os habitantes desta freguesia. Eu, além de o conhecer bem, tendo sido colega em algumas lides autárquicas noutros concelhos, e no Concelho de Portalegre, onde nascemos os dois, ele foi meu professor em 1973, acabadinho de se formar, e portanto, tenho uma ligação de amizade pessoal muito forte.

A Bancada do PSD não poderia deixar de se associar, não por esta amizade minha, mas também pelos meus colegas de Bancada, que por tudo isso se associaram também a este voto de pesar pelo falecimento, que nos deixou um bocado incrédulos, deste ilustre português chamado Júlio Miranda Calha.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, nunca os normais e saudáveis desacordos políticos – e neste caso não houve assim tantos – impediram a nossa admiração e amizade pelo Júlio Miranda Calha. E eu digo que eram poucos porque a sua luta pela defesa do interesse nacional, por uma visão obviamente socialista, mas também ??? eram um exemplo de moderação e de defesa dos valores estratégicos portugueses, que nos dava a todos, sempre, a impressão de um bom exemplo a seguir.

E é com saudade que a Bancada do CDS subscreve e se associa, e agradece à Bancada do Partido Socialista por ter apresentado este voto.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só também para registar a viva voz a nossa solidariedade para com a Bancada do PS, e a nossa adesão incondicional a este voto.

*Colocado a votação, o voto de pesar em apreço foi aprovado por unanimidade. -----
Na sequência da deliberação, o plenário guardou um minuto de silêncio em memória de Júlio Miranda Calha. -----*

--- Presidente da Mesa ---

Deu também entrada na Mesa um voto de louvor, penso que foi também subscrito por todas as Bancadas.

“A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida a 23 de junho de 2020, louva as iniciativas de sensibilização, proteção e apoio à população desta freguesia durante a pandemia.

O apoio direto e ao domicílio durante o estado de emergência foi essencial, nomeadamente na entrega de medicamentos, bens de primeira necessidade, apoio psicológico, e mesmo o serviço de biblioteca.

A Assembleia de Freguesia agradece o esforço da Junta e dos seus colaboradores, voluntários e instituições, que todos juntos contribuíram para ultrapassar as dificuldades.”

*Colocado a votação, o voto de louvor em apreço foi aprovado por unanimidade.
-----*

PONTO 2 – Apreciação e votação da ata da reunião de 17/12/2019

Colocada a votação, a ata em apreço foi aprovada por maioria, com uma (1) abstenção, por ausência na referida sessão. -----

PONTO 3 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2019

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, nós queríamos aproveitar esta oportunidade para nos concentrarmos num pedido de esclarecimentos ao comportamento de três grandes rubricas que são aqui apresentadas, e concentrávamos a nossa contribuição nestes dois assuntos.

Uma, que diz respeito ao comportamento das receitas, e na parcela mais significativa – e pode observar-se isso na pág. 4 do relatório – na parcela mais significativa, aquela que corresponde a cerca de 70% da estrutura das receitas, verifica-se que entre o executado e o orçamentado há uma diferença muito significativa, de cerca de 800.000€, o que dá uma taxa de execução de cerca de 85% na verba das transferências correntes. E gostaríamos que fosse esclarecida a

razão desta diferença, que é significativa, quer do ponto de vista percentual, quer do ponto de vista absoluto.

E depois, a mesma questão relativamente a duas verbas no capítulo das despesas, uma que diz respeito à aquisição de bens e serviços – e aqui também uma das mais importantes parcelas da despesa, com 41% do total da despesa – onde também há, entre o executado e o orçamentado, uma diferença de cerca de 600.000€, o que dá uma taxa de execução de apenas 76%.

E por último, ainda no capítulo das despesas, o comportamento da aquisição de bens de capital, com uma taxa de execução baixíssima, de apenas 13%, e sublinhando aqui que este ano a aquisição de bens de capital assume um dos valores mais baixos dos últimos cinco anos.

Gostaríamos que fosse esclarecida a razão deste comportamento.

--- Presidente do Executivo ---

Quanto a esses casos que acabou de falar, e começando por este último, na aquisição de bens de capital, é fundamentalmente devido aos investimentos feitos na higiene urbana. Aqui neste caso específico, temos estado a investir fortemente na higiene urbana, e de facto, é o investimento feito na limpeza e higiene urbana, em que temos estado a investir. Já investimos mais, estamos a investir ainda fortemente, diz respeito à higiene urbana, é um investimento significativo. Estou a falar da higiene urbana, na pág. 6, da aquisição de bens de capital, aí trata-se dos investimentos na higiene urbana. Antes de mais, temos de estar equipados, desde varredouras, que são caríssimas, ??? transporte, e outro tipo de maquinaria, temos estado a fazer investimentos em bens de capital.

Quanto àquela primeira parte, das transferências correntes, é fundamentalmente por causa dos CDC's – aliás, está aí explicado.

Em relação à taxa de execução na ordem dos 90%, não atingimos as taxas orçamentadas, mas ficou muito perto dos 91%, e as transferências correntes, em virtude da não execução dos protocolos, ainda ??? na altura. Os protocolos têm estado a correr muito bem com a Câmara, mas tem sido uma corrida contra o tempo, porque, como sabem – e não sei se se lembram – o prazo que estava definido – e aparentemente ainda está, mas vai deixar de estar – era 30 de junho. Mas, com esta questão toda do Covid, temos a indicação de que vai ser prorrogado – não sei por quanto tempo, não tenho nenhuma ideia, mas deverá ser prorrogado.

De qualquer forma, não temos dado tréguas, e temos avançado em força com os investimentos nesta área dos CDC's, e posso-vos dizer que já avançámos com várias empreitadas, por exemplo, na Rua Rodrigo Reinel, nos jardins da Rodrigo Reinel, no Jardim ??? a rega no Jardim Vasco da Gama, a requalificação dos moinhos – já foram enviados para a Câmara os projetos para execução da obra dos moinhos – a requalificação do parque infantil também, o parque infantil da Duarte Pacheco Pereira também, a requalificação do parque infantil das Torres do Restelo também, a substituição do parque infantil de Caselas, também já está lá – porque nós

tínhamos pedido, já feito ou já em execução, ??? ou então já aprovado pela Câmara. Vamos fazer os projetos primeiro, os cadernos de encargos, essa papelada toda, e enviar para a unidade especial da Câmara, para preparação dos CDC's. Também já avançamos com o parque de *fitness* na Rua Jerónimo Osório, a aquisição de estruturas ??? também, ??? de Belém, um projeto que também já está aprovado para avançar.

Temos estado também neste momento ??? polidesportivo de Caselas ??? temos lá uma estrutura também ??? esse tipo de situação; a substituição dos painéis solares da Piscina do Restelo, também estamos a tratar disso neste momento. Estamos a trabalhar em várias frentes, como também ??? quando se sobe, do lado direito, para meter mais carros, para se compatibilizar ??? quer as pessoas que querem ir para ???, naquela parte mais em cima.

Isto tem sido – não vou dizer que tem sido complicado, mas é trabalhoso, porque é preciso orçamentos ??? e às vezes isto não é fácil. E depois, estamos a substituir-nos, em algumas destas situações, e chegámos à conclusão de que ficam mais baratas do que estava previsto, e então estamos a incluir mais situações. Posso-lhes dizer, por exemplo, que naquelas duas obras de que falei há bocado, aqui na Rua de Belém e na Rua da Junqueira, aqueles dois nivelamentos que vamos fazer, um é vinte e cinco mil e tal, ficam em quarenta e tal mil euros, com IVA incluído, mais ou menos, temos entidades a dizer que executam em um mês, mas estamos a pedir à Câmara para incluir isto neste CDC ainda, para ser financiado por verbas que sobraram de outros que ficaram mais baratos, e para podermos fazer mais e melhor.

Mas, fundamentalmente, é isto.

--- **Josué Caldeira (PCP)** ---

Eu vou deixar um comentário relativamente a esta matéria que o Sr. Presidente acabou de dizer para o Ponto n.º 8, que está perfeitamente ligado. E portanto, não tenho mais nada a dizer sobre este ponto.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com oito (8) votos a favor (PSD, CDS-PP), e cinco (5) abstenções (PS, PCP). -----

PONTO 4 – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2020 (PPI e PPA)

--- **Josué Caldeira (PCP)** ---

Sr. Presidente, nós queríamos fazer alguns pedidos de explicação, que eventualmente seriam desnecessários se o prato não fosse servido assim. E com isto quero dizer que este documento de revisão orçamental é um documento importante – só para termos uma noção, estamos a falar de que esta alteração é por via da incorporação do saldo de gerência anterior, e a coisa não é propriamente insignificante, é 25% da dimensão orçamental da Junta – e este documento é-nos fornecido com oito tabelas, sem que qualquer explicação acompanhe o fornecimento deste

manancial de algarismos. E portanto, nós somos obrigados a fazer as perguntas que deviam vir explicadas.

Primeiro, a que se deve esta dimensão absolutamente brutal do saldo de gerência anterior, um milhão e meio de euros (1.500.000€).

Segundo: quais as razões, do ponto de vista, quer da captação de receitas – e é essa a fundamentação – ou da não realização de despesa, que leva a este saldo de gerência.

E pronto, estas são as perguntas fundamentais que temos para colocar sobre esta matéria.

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado pela pergunta. Vamos lá ver, nós não estamos aqui para gastar por gastar. Se fosse gastar por gastar, nós podíamos dizer que houve várias Juntas que o fizeram, e que estão falidas ??? e por aí fora, e não só. Era facilimo, mas nós não fizemos isso ??? E graças a Deus, até parece que adivinhámos que vinha aí um problema, este Covid. Agora, isto permitiu-nos encarar isto com mais otimismo, com um bocadinho mais de esperança, porque, de facto, não houve nada, mas nada, que não pudesse ter sido feito ??? estamos sempre a ver se conseguimos garantir condições melhores, mais baratas, e, de facto, há várias despesas que estão consignadas, e nós não podíamos gastar, porque são projetos de delegações de competências, e portanto, não se pode gastar esse dinheiro, está consignado; há outra parte que não gastámos, que simplesmente não gastámos, porque quisemos transitar, para depois gastar melhor, e de uma forma mais adequada e eficaz, em prol dos nossos fregueses. De facto, numa altura destas, difícil – e eu conheço a situação financeira de várias Juntas de Freguesia, e não estou a dizer que somos a melhor, mas sei que estamos muito confortáveis. E numa altura destas, como sabem, até temos tido uma colaboração razoável com a Câmara, mas não me posso dar ao luxo de não nos socorrermos só de nós próprios. Portanto, temos de ser muito cautelosos sempre. E é assim, tanto na minha vida privada, como na minha vida pública, que eu tenho essa forma de atuar.

Mas, posso dizer-lhe o que é que nós deixámos de fazer – e posso dizer N situações – por falta de dinheiro. Não, até fomos buscar mais dinheiro a vários projetos, a que não eramos obrigados, mas tentamos ir buscar mais, e talvez não nos sirva de muito, porque ao irmos buscar mais receitas – e digo isso, buscar receitas, por força de situações extraordinárias – posso-vos falar de ???, posso falar em N situações que nós temos ??? que sem estarmos a carregar demasiadamente as pessoas ??? não estamos a fazer isso, mas em condições normais, em conseguirmos fazer receitas para podermos aplicar a projetos de ação social, e por licenciamentos, que é a segunda maior fonte de receitas que nós temos. Posso-vos dizer que, por exemplo, quando uma Junta normal poderia ter, de receitas próprias, à volta de 10%, 5%, nós temos à volta de vinte e tal, trinta por cento, para se ter uma ideia, quase 30%.

Com certeza, nós estamos atentos; agora, não queremos gastar por gastar, porque às vezes até podemos ter dinheiro para algumas situações, mas achamos que é demais, e lá por ter dinheiro,

não vamos gastar, vamos tentar que aquilo seja mesmo o melhor preço para nós podermos responder para com esta Assembleia e para com os fregueses de Belém, que são eles que nos pagam os nossos ordenados, com os seus impostos. E portanto, temos de ter essa responsabilidade de prestar contas. E o que interessa é que tenhamos dinheiro, bens financeiros, para quando for necessário, podermos corresponder às necessidades mais próximas. E temos feito várias situações destas. Posso contar-vos, há casos e casos, vários casos, que não são do conhecimento, são da ação social ??? mas para nós, eu acho que é, talvez, a faceta menos conhecida, mas é aquela faceta ??? Junta de Freguesia de Belém – e estou a falar na Junta de Freguesia em geral. Eu não tinha essa ideia de estar numa Junta de Freguesia. De facto, esta pobreza escondida, esta pobreza envergonhada, vem-nos bater à porta diariamente, a pedir-nos apoio, e nós temos que estar disponíveis para isso. E nós estamos. Isto é o dia a dia que nós temos aqui na ação social, a apoiarmos pessoas, ??? entendem que é quase uma obrigação, , mas nós tentamos apoiar.

Agora, o que eu quero dizer é que gostamos de ter sempre alguma verba que nos permita estar sempre de cabeça erguida, e não só dependentes dos outros, mas dependentes de nós próprios.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com oito (8) votos a favor (PSD, CDS-PP), e cinco (5) abstenções (PS, PCP). -----

PONTO 5 – Apreciação do Inventário a 31/12/2019

O ponto foi apreciado. -----

PONTO 6 – Apreciação e votação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal

--- Óscar Rodrigues (PS) ---

Queria aqui um esclarecimento do Sr. Presidente, acerca deste mapa e desta atualização. Este documento é apresentado à Assembleia para validar a entrada de oito novos elementos no quadro de pessoal da Junta de Freguesia, oito técnicos. Mas, eu gostava que o Sr. Presidente nos desse aqui alguma explicação, porque nós temos aqui um mapa cuja dotação de pessoal total da Junta de Freguesia são praticamente duzentas pessoas – cento e noventa e nove – e afinal, só estão ocupados cento e dezassete desses duzentos lugares. Há aqui uma poupança de meios humanos que nos estranha, e para a qual gostávamos de ter alguma explicação, e principalmente um esclarecimento do Sr. Presidente, porque estão aqui algumas áreas onde, realmente, é notória a falta de recursos humanos, nomeadamente nas questões da higiene urbana, os serviços administrativos, desporto. E depois, na educação, existe uma diferença muito grande entre aquilo que é a dotação da Junta de Freguesia, que está plasmada no Mapa

de Pessoal, e aqueles que são efetivamente os funcionários ao serviço. Temos aqui uma diferença de oitenta e duas pessoas a menos do que aquilo que a Junta poderia ter.

A minha questão era esta, um esclarecimento acerca disto.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, acompanhamos a pergunta do Grupo do Partido Socialista, e acrescentávamos também um pedido de esclarecimento: por quê, a razão, queríamos saber qual a razão para estes oito novos elementos no quadro de pessoal, qual é a razão que justifica esta opção.

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado pela vossa pergunta, tem toda a razão de ser, porque, de facto, se trata do Mapa de Pessoal. Só que há aqui uma pequena questão, que até nem está muito ligada a estas situações: o facto ??? para oito, porque isto é assim, nós estamos em vias de obter uma instalação nova para a Junta de Freguesia, para finalmente ficarmos com uma sede em condições. Já estava prometido, como sabem ???. Mas, às tantas, no outro dia, em reunião com a Câmara, disseram: “??? Presidente da República ???”, e sei lá mais o quê, e tal. E deram-nos uma hipótese ??? se quisermos ter a antiga ??? sede da SRU. Combinámos o seguinte: ??? se quer, ou não, a sede da SRU ??? aquela parte de cima, para nós ocuparmos. E então, aí, ??? fazer a planificação do pessoal de que vamos precisar para isso.

Mas, entretanto, ??? muitos anos, sei como é que as coisas são. E então ??? já lá fomos ver como é que aquilo era, já estamos a fazer a planificação, e se ficarmos com a sede da SRU, vamos ter de fazer ali algumas alterações ??? mais aquilo, mais acoloto ???. Mas, isso vai implicar mais algumas pessoas para alguns lugares. Mas, ainda não está nada certo ??? ficar com a propriedade desse prédio, que é do Estado Português, a Câmara ficar com ele, e depois arranjam os para a vossa sede. Vou aguardar até ao final deste mês, se isso se concretiza, ou não, esta intenção da Câmara.

De maneira que temos que estar preparados para qualquer solução: ou ficarmos com a parte de cima da Embaixada de Timor, que eu acho que é preferível, ou ficarmos, então, com a sede da SRU. E já temos tudo pronto para instalarmos ??? quer dizer, faltam aqui uns pequenos ajustes ainda, falar com mais algumas pessoas, mas se isso se concretizar, se calhar o que vai para a frente é ficarmos com aquela parte da Embaixada de Timor.

E então, neste caso específico, o que está a fazer um bocado de confusão, a Administração Geral ??? estão quatro lugares ocupados, e precisávamos de oito ???. Nós temos uma pessoa que acabou de entrar agora para os recursos humanos – estes recursos humanos da Junta, até hoje era uma pessoa, que é a minha secretária, que trata dos recursos humanos ???. E portanto, essa pessoa tem que ter mais um colaborador. Recrutámos agora uma pessoa, formada em recursos humanos, com muita experiência, e que está já a colaborar. Se mostrar que tem condições, mais tarde poderemos tentar abrir um concurso para poder concorrer, junto com outras pessoas, para esse lugar.

Há mais uma pessoa que vai entrar agora para a contabilidade ??? ninguém para a contabilidade, ninguém, tem sido um sarilho. Finalmente, e infelizmente, por causa do Covid ??? infelizmente nesse aspeto, felizmente por outro lado ??? também em prestação de serviços, como é evidente ??? uma empresa ???. E é licenciada em auditoria ??? contabilidade, e é contabilista certificada. De maneira que é uma pessoa com muitas condições, gostámos muito dela, ??? temos de abrir concurso para ver se ficamos com funcionários ??? para ir de encontro às orientações do próprio Tribunal de Contas.

Depois, temos mais duas funcionárias que ??? técnicos superiores. E portanto, temos essa hipótese, porque já estão há mais tempo ??? essa hipótese em aberto para, mais tarde, ??? concursos públicos. Portanto, não estamos a gastar dinheiro, estamos só a abrir vagas para o caso de necessidade ??? no âmbito de uma política de pessoal. Esses assistentes técnicos, também estamos a ver ??? com mais um assistente técnico ou assistente operacional lá em baixo, como rececionista, senão vai para outro lado. Portanto, aqui, logo vemos se precisamos de mais uma pessoa. Estão onze ocupados, temos ali catorze ??? prestação de serviços ??? um outro funcionário que também está em prestação de serviços ??? mas têm que estar estas situações previstas, porque não gostávamos de ficar com as pessoas *ad eternum* como prestadores de serviços, para poderem ficar com a sua estabilidade garantida.

Na parte da educação, estão três, e está um lugar, era também para pôr dois, também são pessoas que são muito boas, técnicos superiores que estão a trabalhar como prestadores de serviços ??? pôr no quadro ??? há uma série de tempo, e também chegou a altura de vermos se conseguimos arranjar um concurso para eles concorrerem, porque, realmente, são pessoas muito boas, e já provaram isso mesmo.

Portanto, aqui apenas o que estamos a fazer é tentar combater a precariedade, fundamentalmente é isso. Quando tem de ser prestação de serviços, tem de ser prestação de serviços, quando não pode ser de outra forma ??? que é um setor que, do meu ponto de vista, ??? mas não temos tido outra hipótese. E em último caso, se calhar até devia ser uma empresa contratada para fazer isso. Mas, estamos, neste momento, a conseguir resolver essa situação.

E por isso, esta alteração ao Mapa de Pessoal é fundamental por causa disto.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – Protocolo com a produtora UAU para apresentação da exposição “Meet Vincent Van Gogh” – Prorrogação do prazo

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

A minha questão – e reconheço que, se calhar, não consigo perceber bem – é que tendo uma empresa, esta produtora, realizado um investimento com uma contrapartida para a Junta de Freguesia pela utilização do Terreiro das Missas, e tendo aberto vinte e cinco dias – não catorze, como diz aqui – vinte e cinco dias depois de ter dito que ia fechar (terá aqui um erro de datas), eu percebo que queira prorrogar o prazo, isso é absolutamente normal e parece-me interessante; não sei se havia outras hipóteses para o Terreiro das Missas. A única questão que aqui me faz um bocadinho de impressão – mas há, com certeza, uma boa explicação – é que o prazo inicial para ocupação eram cento e setenta e sete dias, dos quais cento e trinta e três de exposição, digamos. Ora, a prorrogação é de cento e oitenta e oito dias, mais quinze. Portanto, isto é para lá do dobro do que estava previsto, sem haver nenhuma compensação. A prorrogação do prazo é superior ao prazo inicial, sem qualquer contrapartida. Eu percebo que a afluência não será igual, o turismo não será igual, mas isso acontece em muitas outras empresas que pagam taxas a esta freguesia, e que não existe uma teoria geral de compensação de todos. E portanto, como neste caso existe uma compensação que é superior ao que foi acordado, e não é por pouco, e que esta empresa ocupa o Terreiro das Missas durante um ano inteiro, praticamente – de 20 de janeiro a 3 de janeiro do ano seguinte, mais quinze dias, e por isso, mais de um ano – obviamente, todos sabemos o que todos passámos, o Sr. Presidente expressou, pela recuperação do Terreiro das Missas, em relação ao que se passou em casos anteriores. No entanto, não deixa de causar alguma estranheza tamanha generosidade nesta prorrogação, sem contrapartidas. E portanto, gostava que explicasse um bocadinho.

--- Presidente do Executivo ---

De facto, o que está definido é que se nós precisarmos de mais bilhetes, eles vão dando mais bilhetes. O que se passa é o seguinte: aquilo foi um rombo de centenas de milhares de euros que eles têm tido. Nós já ??? De qualquer forma, temos alguma pena dos nossos parceiros, que trouxeram para a nossa freguesia uma exposição que muitas freguesias gostavam de ter, muitos locais do mundo gostavam de ter ???.

Agora, o que se passou é que nós acompanhámos isto muito de perto, conhecemos bem o empresário, é um homem com muitos pergaminhos na matéria, perdeu centenas de milhares de euros neste projeto até agora, até agora foram só perdas, neste tempo em que esteve fechado era só despesas, com seguranças, com os alugueres, não podem imaginar o que foi. Quando ele nos pediu esta coisa, a minha primeira reação foi essa, eu disse “tudo bem”, também não tínhamos nada – por acaso, tínhamos uma perspetiva, mas não estava nada definido. Quando isto foi negociado, não se fazia a menor hipótese de haver uma coisas destas, como o Covid, isto estava completamente fora de qualquer coisa, eles foram apanhados no meio disto tudo, e nós acompanhámos muito isso. E, de facto, a única coisa em que nós podíamos ajudá-los era dar-lhes um prazo, quase o dobro do que existia, na prática, para eles tentarem minimizar ao máximo o risco, que não vão, nem de perto, nem de longe, ter as mesmas verbas que estavam previstas inicialmente. Isto vai ser muito mais difícil para conseguirem reaver isto.

Eu também vou ser muito sincero ??? uma declaração ??? da Câmara, e Direção Geral do Património Cultural, e sei lá mais o quê, eu não enviei nenhuma declaração nossa a dizer isso,

porque disse que tinha de vir à Assembleia. Mas isso, em princípio, eu penso que vão ser sensíveis a isso, mas não posso passar a declaração, porque isto é uma decisão da Assembleia de Freguesia, que nós, no Executivo, tivemos que aprovar para enviar para aqui, mas a decisão final é da Assembleia de Freguesia. Agora, nunca acreditei muito que isto fosse chumbado, uma situação destas. O empresário está a apostar muito, até ??? que vem fazer uma exposição daquelas, que é um ícone no nosso território, e que é para ganhar dinheiro, com certeza que é para ganhar dinheiro ??? Portanto, a única coisa que se podia fazer para minimizar o risco era aumentar o prazo. Foi o que eles pediram, e ??? decisão da Assembleia de Freguesia. Agora, dizer que não havia contrapartidas, não é verdade; nós falámos, e quando houver necessidade de bilhetes para escolas, ou outras situações, eles arranjam. Mas, é evidente que é uma situação especial. Quer dizer, se nós estamos aqui para apoiar também a iniciativa privada, ficava-nos mal, com certeza, não estar a prorrogar mais numa altura destas. Se estamos agora a apoiar os outros com isenções até ao final do ano, nas esplanadas e aquele tipo de licenciamentos, e estes, só porque é um grande ??? uma exposição que é única ???.

Além do mais, tentámos ter, dentro das suas proporções, algo idêntico ao que se fez em tudo o resto, porque até este ano de 2020, que é um ano especial, como demos ao senhor da esplanada da cervejaria da esquina, também damos a este investidor que está a investir na cultura, que é um grande risco que ele assumiu, até ao final do ano. São situações idênticas.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Junta, muito obrigado. Este apoio, fazer parte de uma ideia de apoio ao investimento na freguesia, nesta disposição, como, realmente, a outras empresas, como as que dependem do turismo, de iniciativa privada, como os cafés, as esplanadas, etc., agradeço a resposta porque isso, de facto, mostra que isto não é um caso especial.

No entanto, não deixa de parecer excessivo que em vez de se prorrogar pelo prazo em que esteve fechado, se prorrogue por quase o dobro do que estava definido. Eu percebo que a proposta do empresário seja essa, e esta Bancada será sempre defensora da iniciativa privada; não deixa de ser estranho o tamanho da prorrogação do prazo. Mais ainda que fique sem outra utilização o Terreiro das Missas, nomeadamente durante a época natalícia – e eu lembro, Sr. Presidente, que esta Bancada, há vários anos que vem pedindo a esta Junta a realização de uma feira de natal em Belém, e poderia ser um espaço possível – poderá não ser, poderá o Sr. Presidente encontrar outro ao fim destes anos, e esperemos que sim. Mas, não deixa de me causar alguma estranheza, apesar de ter ouvido bem, e de ter começado por agradecer a explicação – convém que o Sr. Presidente também reconheça este ponto – mas, não deixo de achar estranho que não seja uma ocupação pelo tempo em que isto esteve fechado – mais uma vez, as datas que aqui estão não são corretas, mas isso é só uma questão de matemática, não é um erro da proposta.

--- Margarida Cabral (PSD) ---

Eu peço desculpa, eu não tenho as contas também, mas eu confesso que não me faz muita confusão, o prorrogar por mais do que o período que esteve fechado, não significa dar um

bónus. Ou seja, os custos que eles tiveram durante o período em que estão fechados serão certamente muito desproporcionais relativamente ao que é prorrogado. Admito que tenha que haver contas, mas parece-me que faz sentido prorrogar por um período maior do que aquele que esteve fechado, até porque admito – não sei, isso era uma pergunta que eu fazia, se aquilo está aberto com restrições às entradas, ou se o regime em que está aberto era exatamente o regime em que estava aberto no pré-Covid, ou seja, se os visitantes que têm são os mesmos.

Quanto à Feira de Natal, não tenho a mais pequena dúvida de que há alternativas na freguesia. Se há freguesia que tem sítio para essas coisas, é a Freguesia de Belém, não precisa só do Terreiro das Missas.

Portanto, eu acho que não podemos fazer contas assim proporcionais.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, é evidente que eles têm condições especiais, são grupos de, no máximo de vinte pessoas de cada vez (salvo erro), e não entra mais ninguém enquanto os outros não saírem; não é como era antigamente, que era de uma forma mais livre.

É evidente que mesmo conseguindo pôr pelo mesmo prazo que tínhamos dado anteriormente, com a situação de crise em que estamos agora, eles não irão conseguir fazer o mesmo dinheiro que faziam antes, é difícil. Mas, tenho imensa pena nestas circunstâncias, mas é a vida deles, uma vez ganha-se, outras vezes perde-se. E portanto, nós não temos nenhum risco, nós recebemos logo à cabeça, e até podia ter sido mais ????. Mas, deu-nos muito jeito, porque investimos ???.

Agora, por uma questão de colaboração, muito sinceramente, acho que podíamos colaborar precisamente nisto, isto é, permitir que eles tivessem um prazo superior àquele que foi acordado, este ano foi um ano difícil, ??? até ao final do ano ??? as mesmas verbas que estavam previstas no início. Mesmo assim, tentamos dar uma ajuda nesta situação.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com nove (9) votos a favor (PSD, CDS-PP, PCP), e quatro (4) abstenções (PS).

PONTO 8 – Apreciação e ratificação da adenda a contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Belém (Contrato n.º 8-UCT-DRJF-2019)

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Relativamente a este contrato de delegação de competências, ou esta adenda ao contrato, parece-me que houve aqui uma atribuição do orçamento, de 88.997€, para intervenções que

foram assinaladas como prioritárias pela freguesia. Eu gostava de saber, porque não consigo perceber exatamente quais foram essas intervenções, o que é que neste momento já foi objeto deste orçamento, de aprovação da Junta de Freguesia.

Relembrar que aqui o Ponto n.º 3 da cláusula sexta diz que até 30 de junho – ou seja, até à próxima semana – temos que justificar 30% do valor já utilizado, e eu gostava de saber exatamente o que é que já foi utilizado, em quê, e o que é que se prevê, quais são as ações previstas.

--- Teresa Almeida (PS) ---

No fundo, são exatamente estas as preocupações, nós temos tido sempre imensa dificuldade em perceber qual é a programação que existe relativamente à utilização destes recursos – isto tem sido recorrente, as perguntas que são feitas nesta Assembleia, e que, em boa verdade, não nos sentimos esclarecidos.

E, de facto, chamo a atenção para este terceiro ponto da cláusula sexta, que é possível, com certeza, Sr. Presidente da Junta, hoje referir-nos e dar-nos conta se vamos cumprir, ou não, o que está estipulado para apresentação de despesa até 30 de junho de 2020. Uma vez que eu não sei qual era a redação anterior, mas uma vez que há aqui um prazo, uma data e uma consequência estabelecida, e sendo possível, com certeza, à data de hoje, dar-nos essa informação, eu requeria que nos fosse prestada informação relativamente ao cumprimento do Ponto n.º 3 da cláusula sexta.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Devo começar com uma saudação à intervenção do CDS, é bem-vinda, porque votou contra o pedido de informação que o PCP fez sobre essa matéria. Mas, ainda bem.

Eu queria dizer o seguinte – ou o PCP quer dizer o seguinte: neste ciclo de governação autárquica, depois dos orçamentos, mapas de pessoal e PPI's, este documento é o mais importante documento que está a ser discutido na Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia. E isto não é mais dinheiro; já havia este dinheiro. Esta questão não é nova, mas queria sublinhar isto: este documento que constitui aquilo que é designado pela nova geração dos contratos de delegação de competências, pelas áreas de intervenção que têm e pela dimensão financeira pela qual é acompanhada, é indiscutivelmente, do ponto de vista do investimento, o instrumento mais importante. E eu queria sinalizar que o texto da proposta que nos é apresentada tem uma lacuna. Quando diz, no texto da proposta, nos considerandos, o considerando 5 diz o seguinte: *“No caso concreto da Freguesia de Belém, decorre do novo contrato de delegação de competências, celebrado em 2019, que a Junta de Freguesia é responsável pelo desenvolvimento das intervenções e ações no âmbito dos programas constantes no seu clausulado, durante o respetivo período de vigência...”*

A lacuna é este ponto: a Junta de Freguesia é responsável pelo desenvolvimento das intervenções e ações no âmbito dos programas constantes do seu clausulado, os quais são do

total desconhecimento desta Assembleia de Freguesia, por imposição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que violando normas de normal relacionamento entre a Junta e a Assembleia, não respondeu, como devia ter respondido, aos pedidos de informação feitos pelo eleito do PCP sobre esta matéria, nas sessões da Assembleia de Freguesia de 24 de abril, de 20 de junho e de 30 de novembro de 2019. Convido-o a ler as atas e verificará ??? pedido de informação que faz, porque o problema com que esta Assembleia de Freguesia está confrontada é que desconhece qual é o plano de investimentos que está subjacente a isto. E depois, aparece o Sr. Presidente a fazer aquele número, aquela encenação de vir para ali com uma folha A3 a listar, a fazer o favor de nos listar alguns investimentos que está a desenvolver. E o ponto é exatamente esse que colocou.

E pronto, esta questão obriga-nos a fazer novamente as seguintes perguntas – e eu quero desde já informar a Mesa que iremos novamente formalizar isto em termos de ???.

E portanto, a pergunta é a seguinte: quais são, de facto, as intervenções e as ações que foram acordadas entre a Câmara e a Junta de Freguesia; qual é, à data atual – também a acompanho nessa questão – a taxa de execução física e financeira desse programa de intervenções; e quais são os investimentos – porque o que esta adenda faz, fundamentalmente, é permitir que através deste contrato sejam financiados investimentos iniciados ou realizados antes da assinatura do contrato, desde o início do mandato. E portanto, a pergunta é: havendo esta possibilidade, quais são os investimentos que a Junta de Freguesia pensa vir a cobrir com esta nova versão dos contratos de delegação de competências.

E terminava, sublinhando o seguinte: na cláusula sete do texto original dos contratos, que é uma cláusula que diz respeito ao acompanhamento e à monitorização, onde está explicitamente referida a produção de relatórios trimestrais de avaliação da execução deste contrato. E terminaria, fazendo um pedido para a Junta de Freguesia disponibilizar a esta Assembleia estes relatórios trimestrais de avaliação, porque a coisa já está viva desde março do ano passado, e portanto, já deve ter alguns relatórios trimestrais de avaliação produzidos.

E portanto, fechando, sublinhava novamente a importância deste documento, a importância desta matéria, e a lacuna da informação com que a Assembleia de Freguesia está confrontada sobre esta questão. E aí acompanho, quer a intervenção do CDS, quer a intervenção do PS sobre esta matéria.

--- Presidente do Executivo ---

Pois, lamento, mas está outra vez enganado. Como eu bem disse, isto é uma adenda a um contrato de delegação de competências que já foi acordado entre a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia. Este contrato, agora a Câmara entendeu propor fazer uma adenda, para se especificar melhor aqui alguns temas. E isso foi feito, e é por isso que estamos a preencher mais esta situação: já foi aprovado pela Câmara, já foi aprovado pela Assembleia Municipal, já foi aprovado pela Junta de Freguesia,

agora está aqui a ser apreciado pela Assembleia, e esperemos que seja aprovado pela Assembleia de Freguesia, para entrar em vigência.

O que estamos aqui a dizer, a vós, que são o organismo fiscalizador da atividade do Executivo – fiscalizador – é que não vai faltar nenhuma informação quando tivermos isto a funcionar. Neste momento, estamos a negociar – como, há bocado, já lhes disse, e posso voltar a repetir, obviamente que grande parte destas situações, temos conseguido ??? concursos de empreitada ??? fica mais barato, temos conseguido melhores condições ???. O nosso objetivo é utilizarmos ao máximo este 1.088.000€ em projetos benéficos para a nossa população, para a nossa freguesia. De facto, 1.088.997€.

Agora, o que nós aqui, neste caso concreto, estamos a fazer – isto, realmente, não é nada fácil, tem toda a razão, estou de acordo consigo, isto não tem sido nada fácil, e ainda por cima com uma Câmara que é uma coisa muito grande, gigantesca ??? o coordenador destas delegações de competências, que é o Dr. Miguel Soares, tem sido impecável, é o elo de ligação entre a Junta e a Câmara, é o elo de ligação ??? Sr. Vice-Presidente da Câmara, que é quem tem esta matéria. Eu lembro-me de ter ??? todos nós, Presidentes de Junta, nas relações diárias, e tem sido impecável. Eles, às tantas, dizia-nos assim: “Vocês identifiquem as vossas necessidades e enviem para mim.” Vamos ser realistas, eu fiquei à espera da resposta, avancei logo com isso ??? E nós começámos a avançar. Entretanto, começam a vir “perguntinhas”, “perguntinhas” de funcionários da Câmara: “E aquela coisa?”, “O que é que vocês querem plantar?”, “Aquela planta é adequada àquele lugar?”, “Olhe, e a outra?” Inacreditável. Até o próprio coordenador municipal se insurgiu contra esses funcionários dessa intervenção municipal nos espaços verdes, na altura até chamou os funcionários para dizer que não podiam estar a fazer perguntas daquelas, que é uma coisa já do âmbito das nossas competências. Nessa altura ??? E depois, aquilo está numa situação ??? porque diziam que sim ??? “Não, mas já lhe disse para avançar”, ??? “Está bem, avance lá com isso.” Senão, às tantas, ainda iam dizer que era uma manobra para não executarmos nada, que eu não acredito que tivessem essa intenção, e só estarem ali a fazer resistência passiva para nós não avançarmos com os projetos, eu não acredito que alguém fizesse isso.

E não está nem por sombras acabado, mas temos uma informação de que isto vai ser prorrogado por pelo menos mais um mês, espero, e em um mês faz-se muita coisa ainda. Mas, realmente, como conseguimos ter projetos muito mais baratos do que o previsto inicialmente, conseguimos poupar aqui algum dinheiro que pode ser alocado a outros projetos, e podemos enviar para lá outros projetos. Isto está a correr bastante bem; não é fácil, mas estamos a conseguir fazer ???.

Agora, quando tivermos que enviar para a Câmara os relatórios da execução destas situações todas, estejam descansados que a Assembleia de Freguesia, o órgão fiscalizador da Junta de Freguesia, vai ser o primeiro a receber esses relatórios, que contêm essa informação toda. Não, o prazo não vai acabar. Se acabar, nem quero falar nisso, porque aí era outra história. Não acredito. A mim, o que me disseram, já vos disse, mas, mesmo assim, já sei como é que estas

coisas às vezes são, ??? por aí fora. Agora, não era só comigo, era com mais Juntas de Freguesia que, como sabem, nem são da nossa cor política. Portanto, havia mais problemas ???. Mas, acho que estão de boa fé ???.

Agora, de qualquer forma, independentemente disso, ou não, já tínhamos imensa matéria para avançar, imensa, porque já ??? para lá ??? outros não, ??? não se consegue fazer, o que é certo é que estamos a trabalhar nisso. Neste momento, o que vos posso dizer ??? Partido Comunista, e os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia ??? Bairro 100% Seguro, que é um dos projetos em que íamos ter até 508.497€, para financiar projetos, nós reservámos 40.000€ para substituição de sinais de trânsito ???. Isto aqui ???. Depois, continuação do projeto de rebaixamento de passadeiras, com redução de passadeiras sobrelevadas, cerca de 45.000€ - mais concretamente, 44.687€ - são várias que estão aqui, o rebaixamento ??? na Rua Tristão Vaz ??? na Rua Duarte Pacheco Pereira ???. Depois, adaptação do espaço verde do Jardim Pulido Garcia ??? do Jardim ??? neste momento a ser implementado, está a ser feito, que era o maior projeto que havia aqui, que ficou por setenta e tal mil euros, mais IVA, para a requalificação do Parque dos Moinhos de Santana, a requalificação do Miradouro ??? a requalificação da Rua do Cais da Alfândega Velha e Travessa da Pimenteira.

--- Teresa Almeida (PS) ---

Sr. Presidente, posso interromper? Era exatamente sobre essa questão. Eu penso que esta informação não pode ser dada desta forma. Essa informação tem que ser dada em modos convenientes, para que possa ser avaliada. Sr. Presidente, nós não temos capacidade para analisar e processar essa informação dessa forma.

--- Presidente do Executivo ---

Eu estou disponível para dar a informação, isto é um documento de trabalho, o processo não está concluído, está em plena execução ???. Portanto, quando estiver isto definido, damos isto, até com os relatórios todos, mas isto é um documento de trabalho. Estou a dizer-lhe com toda a frontalidade o que é que estamos a fazer. O que é que quer que eu lhe diga?

Agora, requalificação de equipamentos nos espaços públicos. Quer que continue? Construção de ??? temos aqui 50.000€ para construção ???. Agora ??? Parque dos Moinhos de Santana, e Rua do Cais da Alfândega Velha. Quer uma coisa mais ??? do que isto? ??? se estão interessados em ouvir isto, ou não. Fazem-me a pergunta, e depois dizem que não querem ouvir, tudo bem. Estou a dar a informação que tenho disponível, mas acho que é uma falta de delicadeza para com o colega do Partido Comunista, que pediu esta informação, pronto, e não querem que eu dê a informação, tudo bem.

--- Presidente da Mesa ---

Sr. Presidente, eu não tenho por princípio, nem gosto que o Presidente da Assembleia o faça, intervir no conteúdo das intervenções, seja de quem for, nem de nenhum dos Grupos, nem do Sr. Presidente. O Sr. Presidente está no uso da palavra, dá as explicações que entender. Se um Grupo pedir para interrompê-lo, por considerar que o devia fazer de outra forma, o Sr. Presidente

é que autorizou que a representante do Partido Socialista o interrompesse. O Sr. Presidente dará os esclarecimentos que entender, os Grupos farão as perguntas que entenderem, e no fim votarão o documento nos mesmos termos em que exatamente o entenderem. Eu não tenho de intervir sobre o conteúdo, nem das perguntas, nem das respostas; cada um, estando no uso da palavra – pedia só, se fosse possível, para sermos um pouco mais sintéticos, talvez fosse útil para cumprirmos o nosso horário, mas fora isso, cada um perguntará o que quer, dentro das normas de correção, como é evidente, que não foi o caso, não houve nenhum problema desse ponto de vista, e cada um responderá também o que entender.

--- Presidente do Executivo ---

Vou ser muito sintético ????. Isto era sobre o Bairro 100% Seguro. Na reabilitação de equipamentos e espaços públicos, tínhamos uma verba de 213.500€. Isto aqui, há várias requalificações que temos aqui previstas, desde o *fitness* na Rua Jerónimo Osório, um equipamento cedido ??? a criação do parque infantil das Torres do Restelo, a substituição do parque infantil de Caselas – enfim, uma série de coisas.

Depois, temos a Escola 100% Segura, temos a criação de estacionamento seguro ??? uma escola do Bairro do Restelo ????. Depois, recuperação de equipamentos desportivos integrados na “Lisboa – Capital Europeia do Desporto”, temos um total de 335.000€. Aqui temos a substituição dos painéis solares na Piscina do Restelo, temos a construção da cobertura do polidesportivo de Caselas, temos a construção do parque desportivo ??? temos a requalificação dos espaços desportivos ???.

Depois, temos os direitos sociais, 2.000€, que é para apoio às crianças e jovens ??? nas atividades dos campos de férias, contratação de monitores específicos para aquelas pessoas que têm necessidades especiais.

Depois, nos projetos especiais, temos a articulação entre a Câmara e a Junta de Freguesia ???.

E é isto que faz 1.088.997€, nas linhas gerais. Estamos em pleno trabalho. Em breve, quando estiver isto alinhavado, darei conhecimento à Assembleia, como é lógico, teremos de trabalhar em termos de execução do projeto, e depois vão ter que haver relatórios específicos ??? da Câmara, e nessa altura, esses relatórios, em que se diz claramente o que é que se fez, é evidente que a Assembleia de Freguesia terá acesso a essas informações todas.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Queria relembrar a ata de 24 de abril de 2019, que dizia numa intervenção que eu próprio fiz: “*E a pergunta que nós queríamos fazer era quais são, em concreto, as iniciativas que a Junta de Freguesia prevê desenvolver, nomeadamente nestas duas áreas: no Bairro 100% Seguro, que diz respeito à requalificação dos espaços públicos, quais são os espaços públicos que vão ser intervencionados.*” O contrato de delegação de competências deverá ter a indicação de quais são os espaços públicos, e tem, porque o problema é este, era o que eu dizia depois, numa sessão a seguir, esta informação existe, a Junta tem-na, está aqui, e no caso concreto, “*a Junta*

de Freguesia é responsável pelo desenvolvimento de intervenções e de ações no âmbito dos programas constantes do seu clausulado”. Esta informação existe, e esta Assembleia de Freguesia está, desde abril de 2019 – no ano passado – limitada na discussão e na apreciação do maior programa de investimentos em espaço público que a Junta de Freguesia vai desenvolver. E portanto, este é que é o exercício.

E, Sr. Presidente, não me descansa nada, como representante de uma parte da população, o Sr. Presidente dizer-me que isto está a correr bem. Se isto é assim, se o nível da discussão é este, acho que não é isso que se pretende. A questão continua, regressámos ao passado, e ainda bem, ainda bem que há sempre tempo de corrigir, mas estávamos em abril de 2019.

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, gostaria só que me respondesse a esta pergunta, que me parece objetiva: até ao momento, o que é que já foi feito? Do previsto, das obras previstas, o que é que já foi executado neste orçamento? Que obras foram essas, e que iniciativas foram essas?

--- Presidente do Executivo ---

Poderia não estar feito nada ainda, porque não tinha que estar feito, só tinha que estar delineado. Por acaso, até já temos algumas coisas feitas. ??? pode ser o projeto, ou pode ser já mesmo a obra em si. Mas, posso dar-lhe aqui um exemplo já, do que já está feito: olhe, ??? está o projeto feito ??? temos algumas situações na nossa cabeça, mas também dependeria um pouco de as instalações da Junta serem lá em baixo, ou serem ali, porque aí iríamos ver onde é que seriam as outras hipóteses ??? instalações ??? neste tipo de situações.

Portanto, neste momento, o nosso objetivo tem sido preparar os documentos, que são termos de referência. Por exemplo, se considerarmos que isso é feito, já enviámos para a Câmara, na sequência do que combinámos com eles, os projetos – por acaso, agora até temos essa capacidade, porque temos muitos arquitetos a trabalhar nesta zona ??? para fazer os projetos, para irem para a Câmara, nomeadamente estas pequenas obras que vamos fazer na Rua de Belém e na Rua da Junqueira ??? termos a resposta, já tínhamos tido o *feedback* da mobilidade, de que íamos avançar com aquilo. Portanto, posso considerar que está feito – não está feita a obra, mas está feito o projeto, aquelas coisas todas para avançar, pronto.

A rega do Jardim Vasco da Gama, está a ser feito, é um projeto que está feito ??? vão começar as obras, e tal, mas repare, isto são coisas que vão ser feitas até ao final do próximo ano. Agora, têm de ficar delineadas, ou no papel, ou já executadas ??? como é evidente, porque ninguém consegue ??? foi há poucos meses que nós começámos a delinear tudo isto, e só agora é que conseguimos coisas mais específicas ???. E há uma coisa muito importante ??? comunicado pela Câmara que o projeto não pode avançar sem lá pormos uma placa a dizer especificamente a que é que aquilo se refere: obra tal e tal, por delegação de competências de nova geração, assim uma coisa, e depois, obra financiada pela Câmara Municipal de Lisboa e executada pela Junta de Freguesia de Belém, com o montante da obra e com os logotipos da Câmara e da

Junta de Freguesia. Isso é imperativo também, temos que ir pedir mais, cada placa em cada sítio, para isso.

Portanto, já temos muita coisa, dos projetos no papel. Nós não podemos receber a verba da Câmara – imaginem que isto terminava no dia 30 de junho; grande parte destas situações, já está tudo no papel, o que é difícil; no papel, na Câmara, os projetos estão lá. Portanto, isso é o suficiente ????. Depois, é uma questão de execução ??? é necessário. Isto é que são coisas difíceis, às vezes, porque nós não tínhamos muita estrutura, e agora começámos a ter alguma estrutura para fazer estas situações.

Mas, coisas feitas, mesmo, neste momento, é isto.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Queria só dar aqui um esclarecimento, e só fazer aqui um ponto de situação, e lembrar aqui esta questão dos protocolos, para passar-vos esta ideia da dificuldade, muitas vezes, que existe em fazer estes processos. Só para lembrar, nós candidatámo-nos à Câmara para uma série de projetos, com um determinado valor, que se não estou em erro, era à volta de 1.700.000€. A Câmara, depois, passado muito tempo, diz-nos que em vez de 1.700.000€, dá 1.088.000€, mas não diz para quê. Decidiram que era este valor, 1.088.000€; para quê, não sabemos, até porque – e isto não se passa só connosco, passa-se com todas as Juntas de Freguesia, atenção – nós indicámos alguns projetos que gostávamos de fazer, com uma indicação do valor dos mesmos, mas a Câmara, quando responde, não diz especificamente que é para este, ou para aquele, ou para o outro; diz que está aqui um bolo, está aqui um bolo, estão aqui as áreas, é para distribuir este 1.500.000€, dividir isto por cinco ou seis áreas, e pronto.

Há uma segunda fase, que é o que nós estivemos a fazer até há pouco tempo, que foi negociar com a Câmara os vários projetos, então, para encaixar nestes 1.088.000€. E eu diria que a dificuldade que às vezes existe nestes processos é ter uma resposta concreta, ou ter uma lista atualizada, ou uma lista definitiva daquilo que está a ser negociado com a Câmara a cada momento, e que pode ser alterado – dou um exemplo muito simples: nós, como o Sr. Presidente disse, por exemplo, lançámos os concursos para vários projetos nos espaços verdes, que tinham como base um orçamento, que, felizmente, quando foi a concurso, baixou-se, em alguns casos, bastante esse valor de orçamento. Ou seja, esta verba fica disponível para nós agora podermos submeter novos projetos à Câmara que não estavam, à partida, previstos, mas que, felizmente, devido a haver aqui uma folga financeira, podemos fazê-lo. Portanto, este processo é um processo em contínuo, que não é fácil gerir com a Câmara, mas que vai ser feito – o Sr. Presidente já disse, em linhas gerais, os vários projetos que nós estamos a levar a cabo.

A segunda nota que eu gostaria de esclarecer – e o Sr. Presidente irá corrigir-me se eu estiver errado – é que nos protocolos de delegação de competências não existe nenhuma cláusula que diga que têm que estar entregues em junho de 2020. Que eu me lembre, não existe. O que existiu foi uma reunião, há uns meses atrás, em que a Câmara, unilateralmente, impôs – informalmente, volto a dizer, não me lembro de estar escrito, mas posso estar enganado – que

em junho de 2020 deveriam estar todos os projetos em andamento, ou já submetidos, etc. É claro que isto foi antes da pandemia, também há que esclarecer isto, isto foi três meses antes da pandemia. Ou seja, os protocolos têm a vigência até setembro ou outubro de 2021, não acabam em junho de 2020. E portanto, nós não estamos aqui com uma *deadline* de junho de 2020; estamos com uma *deadline* de setembro de 2021.

Mas, de qualquer forma, nós sabemos por que é que a Câmara tomou esta iniciativa, e é muito simples: é porque no mandato anterior, com protocolos idênticos a este, houve várias Juntas de Freguesia que não os executaram na totalidade, ao contrário da Junta de Freguesia de Belém, que os executou na totalidade, mais do que a horas. E portanto, a Câmara, a sua intenção – e eu percebo – é pressionar as vinte e quatro Juntas de Freguesia para não acontecer o mesmo que aconteceu no mandato passado, que é haver protocolos que não foram executados, pura e simplesmente.

Portanto, só para dar nota desta questão do prazo de junho de 2020. Estamos aqui a falar em hipóteses, e temos de ter em conta – e o Sr. Presidente já teve esse cuidado, que foi sensibilizar a Câmara de que, entretanto, já vamos quase em quatro meses de Covid. E portanto, se há coisas que devem continuar a andar, a verdade é que tudo isto sofreu um grande trambolhão, digamos assim, para toda a gente, porque, de repente, ficámos com uma Junta frágil, para dizer as coisas como elas são. De repente, ficámos, de um dia para o outro, com três ou quatro pessoas a trabalhar na Junta, e o resto estava em casa.

E portanto, só para esclarecer e dizer que não é nenhum drama esta questão do 30 de junho, e felizmente, estou confiante, e nós todos estamos confiantes de que vamos conseguir fazer o mesmo que fizemos no mandato passado, e que outras Juntas não conseguiram fazer, que é cumprir até ao último cêntimo os protocolos que a Câmara delegou em nós.

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Eu queria agradecer, eu acho que agora ficou bastante mais claro por que é que não é possível ter a lista dos projetos, e como é que isto funciona, na relação com a Câmara, a história das candidaturas, a forma como aprovam.

Quanto ao 30 de junho, de facto, eu acho que não é um problema, porque o Covid será sempre um caso de força maior para não se ter que cumprir o 30 de junho. É importante perceber que ele está lá, é contratual, é uma imposição contratual, mas haverá sempre fundamento, neste momento, mais do que fundamento contratual, pela força maior ??? o que quisermos, para que não se tenha que cumprir. O que é bom é que se esclareça esse ponto com a Câmara, mas também não me parece que seja um problema.

Agora, é importante, de facto, que nós percebamos como é que é este mecanismo de aprovação pela Câmara, a aprovação dos projetos, as poupanças que permitem libertar verbas para outros projetos, eu acho que era essa dinâmica que não estava ainda compreendida.

--- Teresa Almeida (PS) ---

Só uma última nota, e peço desculpa pelo adiantado da hora, mas eu penso que também não se pode deixar de fazer.

Agradeço a explicação também agora dada pelo João Carvalhosa, e as simpáticas palavras da Margarida, mas, de todo o modo, estamos a falar de projetos, que são coisas concretas, são ações que se vão desenvolver. E aquilo que esta Assembleia tem solicitado, praticamente há mais de um ano, é que haja uma informação sobre estes projetos.

Também não consigo imaginar que o processo com a Câmara seja assim tão complicado, que não seja objetivo, uma vez que se foram apresentadas propostas de projetos para se libertar esta verba, se se está a negociar os projetos com a Câmara, se são aprovados, ou não, se a própria Câmara tem um conjunto de programas, do Bairro 100% Seguro, onde tem um conjunto de áreas de intervenção que deseja que sejam executadas pelas Juntas de Freguesia, tudo isto me parece estar desenhado de uma forma clara. E portanto, quando se faz propostas à Câmara, quando a Câmara dá respostas, estamos a falar de ações concretas, e projetos concretos que, efetivamente, Sr. Presidente, se me permite, utilizava aquela expressão da “resistência passiva”, temos aqui um caso de resistência passiva: esta Assembleia, os vários Grupos têm solicitado durante um ano uma informação simples sobre os projetos que estão a ser executados, ou que se pretendem ver executados, até que dificuldades é que estão a acontecer com a Câmara, enfim, uma informação clara, que também seja apresentada em condições para que a possamos avaliar e conhecer devidamente, e não aquilo que o Sr. Presidente – eu sei que foi com esforço que o fez, mas eventualmente precisamos de uma informação mais detalhada e mais objetiva, apesar do esforço que fez de, pela primeira vez, nos trazer uma listagem dos projetos e da fase em que se encontram, em execução. No entanto, penso que os membros desta Assembleia merecem uma informação mais detalhada – e para além de o merecerem, é justo que a tenham, é legítimo que a tenham, e tem sido solicitada sucessivamente, por quase todas as Bancadas, Sr. Presidente. Portanto, eu penso que é uma altura boa para, numa próxima Assembleia, poder trazer essa informação.

E também todos compreendemos o que estava aqui nesta alínea 3 da cláusula sexta, é até dia 30 de junho de 2020, se não tiverem sido entregues pela segunda contratante documentos justificativos de despesas elegíveis de execução de até 30% - e depois isto tem as consequências, que eu vou escusar-me a ler, porque já todos fizemos esta análise. Mas, efetivamente, ela está no clausulado. Também é verdade, Sr. Presidente, que desta vez está muito confiante com a Câmara, não costuma ser assim. As informações têm que ser objetivas, se há uma alteração – como é natural que também aconteça, em virtude da situação que estamos a viver, acho perfeitamente compreensível, mas primeiro temos de ter essa garantia por parte da autarquia, em que não haverá uma penalização para a Junta se até 30 de junho de 2020 não houver uma execução de 30% deste programa.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só para sublinhar e repetir aquilo que há pouco disse: nós iremos repetir o pedido de informação que fizemos em meados do ano passado, obviamente atualizando o pedido de informação com a informação atualmente disponível.

--- Presidente do Executivo ---

Eu concordo consigo, resistência passiva por parte da Câmara ??? agora, aquilo ??? era desonesto da minha parte, estar a pôr a Câmara toda na mesma situação. Está a funcionar muito bem esta parte das delegações de competências, o Vice-Presidente e o Dr. Miguel Soares, que está a chefiar este departamento de articulação com as Juntas de Freguesia, ??? tem uma paciência enorme, não é nada fácil. Agora, de facto, depois o problema não é esse; o problema é que ele manda para os respetivos sítios, e cada funcionário ??? irrealizável. Para podermos funcionar ??? vai para lá, está aprovado ??? vai a nossa informação, não fique à espera do resultado disso, está aprovado. Mas, há uns funcionários que às vezes perguntam umas coisas, eu acho que os Diretores Municipais têm de os pôr na ordem. Mas, pronto.

Agora, estranhei as suas questões de há bocado porque, repare, eu estava a dar informação dos projetos todos ??? são coisas concretas, aquelas do dia a dia. Eu estou habituado a estas coisas, junto das pessoas, ??? dia a dia das pessoas. E, de facto, estava a dizer os projetos concretos. Mas, é isto que faz com que eu goste de uma Assembleia de Freguesia – na Assembleia da República ???, aqui na Assembleia de Freguesia são coisas mais pequeninas, aquelas mais do dia a dia.

Agora, como é evidente, este projeto não está nada acabado. ??? se calhar já temos condições, nessa altura, para já termos uma informação, já mais adequada, e já se pode chamar informação, mais concreta ??? projeto nessa altura, e então, aí, a Assembleia pode exercer as suas funções enquanto entidade fiscalizadora. Agora, nós somos entidade executora, a Assembleia é a entidade fiscalizadora, tem que nos fiscalizar. Agora, estamos a dar as informações ??? quando tivermos, também hão de ter, e relatórios ??? Se há pessoa que respeita ao máximo a Assembleia de Freguesia – não se esqueça, eu comecei a minha atividade aqui em Belém na Assembleia de Freguesia, em 1997. E a Oposição foi muito maltratada pelo poder Executivo, na altura. Foi muito maltratada.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com oito (8) votos a favor (PSD, CDS-PP), e cinco abstenções (PS, PCP).

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

A Bancada do CDS informa a Mesa que entregará uma declaração de voto sobre este ponto, por escrito.

PONTO 9 – Apreciação e ratificação da adenda ao Contrato de objetivos entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP no âmbito do GIP

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação de protocolo com o Clube de Futebol “Os Belenenses”

--- Óscar Rodrigues (PS) ---

Existe aqui um óbvio conflito de interesses, peço escusa desta votação, e se for necessário sair da sala, assim o farei.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. Não participou da votação o eleito Óscar Rodrigues, por conflito de interesses.

PONTO 11 – Apreciação e aprovação das alterações ao Regimento dos Clubes Paula Vicente

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 12 – Apreciação e aprovação do regulamento do PsicoBelém

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, a observação que queremos deixar, ou as observações que queremos deixar sobre esta matéria são as seguintes: para já, dizer que achamos positiva a existência de um regulamento sobre esta matéria, e portanto, acompanhamos a apresentação deste regulamento.

De qualquer forma, há aqui uma coincidência temporal que não pode ser esquecida por nós, na apresentação deste regulamento, sobre esta matéria, apoio psicossocial de Belém, no atual contexto que estamos a viver, e com o impacto que a atual situação irá ter ao nível das desigualdades sociais, da pobreza, matérias que certamente poderão levar as populações a uma maior procura deste tipo de serviços.

Aqui, a questão que colocamos é a seguinte: o impacto da crise, e desta crise Covid, do ponto de vista dos rendimentos das populações, é mais do que evidente – ou se não é tão evidente, se

calhar o impacto vai ser um impacto silencioso, e os processos de empobrecimento e de pobreza serão silenciosos. E daí, questionamos o nível de taxas com que o serviço está a ser colocado. Nós sabemos por que é que um serviço que, na existência de um Serviço Nacional de Saúde que funcionasse como deve ser, esqueceria a intervenção das Juntas de Freguesia nesta matéria, por que é que é um serviço, sobre estas matérias, tem taxas que não têm replicação nas taxas normais nas taxas de acesso aos serviços de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

E portanto, valorizando a apresentação do regulamento, ou da proposta de regulamento, é com muita preocupação que vemos, no atual contexto, a Junta de Freguesia a apresentar uma proposta como a tabela de preços que aqui traz.

--- Presidente do Executivo ---

Srs. Membros da Assembleia, este regulamento do PsicoBelém, penso que é uma ação que, se não é inédita, é rara aqui ??? . E, de facto, isto interessa porque há várias falhas, várias lacunas neste momento ao nível do Serviço Nacional de Saúde, e isto foi uma forma de nós investirmos neste centro, que vai ser um Centro Social ??? . Tivemos que estar a preparar algum investimento nos gabinetes, e a preparar toda esta componente, quer as próprias pessoas, porque isto também implica despesas com as ordens profissionais dos psicólogos, temos que assegurar ??? enfim, há uma série de situações que nós temos que assegurar, e achámos que era mais adequado um preço destes, que é mais simbólico, tendo em atenção o real valor ??? do bolso das pessoas, se fosse participado – eu posso dizer-vos que ??? não é mau ??? . E por isso mesmo, resolvemos aqui, de qualquer forma, incluir, quer os fregueses recenseados, quer não recenseados. Aqui, não demos um estatuto especial aos recenseados ??? também os fregueses não recenseados. E por isso mesmo, achamos que é melhor para as pessoas pagar um pouco, uma espécie de taxa moderadora, senão, às tantas, podíamos ficar sufocados. E há aqui uma nuance que também é importante: pusemos isto só durante o horário ??? vários figurinos que tínhamos aqui, que nós achámos que eram ??? e não quisemos que eles ??? achámos que era melhor não, ser só a Junta de Freguesia, no horário normal, nas nossas instalações.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Respondendo às suas questões, primeiro sobre a questão da necessidade do serviço. Eu não sei se tem noção, por exemplo, aqui na nossa área, quantos psicólogos da área pública nós temos a trabalhar neste momento, que dão apoio à população. Tem ideia? Qualquer um de nós tem um psicólogo neste momento a trabalhar na USF, que tem as suas baixas, que tem as suas férias, existe um serviço de psicologia no Hospital Egas Moniz, no Centro Hospitalar, mas tem uma procura que não dá uma resposta à população. Existem outras entidades, como o Agrupamento de Escolas, que também têm psicólogos a funcionar para os seus alunos, mas que também são claramente insuficientes, e além disso – dou o exemplo da psicóloga que está destacada para a Escola Paula Vicente, que em trezentos e sessenta e cinco dias do ano, está trezentos e sessenta e três dias de baixa, porque os outros é só quando vai lá, para não perder o lugar, ??? outro psicólogo a substituir.

Portanto, existe claramente no setor público uma falta de apoio, e as consultas ??? setor privado, sendo que, como sabemos também, no setor privado, as consultas de psicologia – e não é só a consulta, porque muitas vezes vamos ao médico, temos algum problema, e muitas vezes fica resolvido naquele dia, mas as questões da psicologia, e destas áreas, são questões que, por vezes, são muito demoradas, que implicariam um investimento gigante por parte das pessoas, e eventualmente, muitas vezes, quem precisa destes serviços são pessoas que não estão bem, e portanto, muitas vezes os rendimentos também são afetados. Este é, de facto, um apoio muito grande que nós estamos a dar às pessoas.

Diz-me que, em termos de pandemia, não é a melhor ideia; a questão, eu percebo, mas na realidade, este é um projeto que já está pronto há vários meses para ser trazido à Assembleia, já devia ter vindo à de dezembro, e foi por falha minha, porque me atrasei a enviar os documentos para a reunião, não veio já em dezembro, e, entretanto, não houve reunião em abril, está a haver agora esta, só agora é que vem.

E portanto, existe falta, de facto, e só para dar um exemplo, a própria Direção do Agrupamento de Escolas reuniu connosco e pediu-nos ajuda para nós darmos apoio aos alunos do Agrupamento de Escolas, porque eles não estão a conseguir – e isto antes da pandemia, umas semanas antes de ter iniciado este processo, não foi consequência da pandemia. Eles, exatamente, não estavam a conseguir dar essa ajuda.

Este serviço é um serviço que nós, na realidade, já há algum tempo que estamos a fazer este serviço de forma gratuita, porque não tinha vindo aqui à Assembleia, e já há bastante tempo que estamos a fazê-lo sem regulamento, porque não havia esta aprovação da Assembleia, não podíamos taxar, não podíamos ter enquadramento, mas não deixámos de o fazer. Acho que é um serviço que é muito interessante, acho que é muito importante para a população, e é, de facto, uma necessidade pública.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só para sublinhar dois aspetos. A Junta de Freguesia não é uma instituição particular de solidariedade social; a Junta de Freguesia é um órgão do Estado, e deve atuar como tal.

O convite que eu faço à Junta é: assim como tiveram a dignidade – e eu quero sublinhar este aspeto – assim como tiveram uma enorme dignidade em garantir os salários dos trabalhadores em prestação de serviços, eu creio que deviam também utilizar essa dignidade para reverem a política de taxas deste serviço, que eu volto a insistir, quem vai precisar destes serviços não são as pessoas que têm possibilidades de ir ao setor privado; quem vai precisar destes serviços são as pessoas mais vulneráveis, num período onde a pobreza vai aumentar significativamente. E eu acho que nós não podemos ser alheios a esta situação particular que estamos a viver.

--- José Matos Rosa (PSD) ---

Só uma pequena nota, porque o representante da CDU não deve ter lido o que vem a seguir ao que existe aqui no Anexo I, que em caso de insuficiência económica ??? será gratuito ??? cinco euros (5€).

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS - PP, PS), e uma (1) abstenção (PCP).

PONTO 13 – Apreciação e ratificação de doações

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 14 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Queria saudar o Sr. Presidente, porque consegue dar-nos aqui uma panorâmica bastante concreta dos projetos que implementa na freguesia, e eu acho que devia aproveitar este modelo, e de alguma forma replicar nas outras áreas.

Gostava, contudo, de saber quantas pessoas beneficiam destes projetos – por exemplo, este projeto “Dar Voz”, fala aqui também de projetos, como o “Dê p’rá troca”, a educação inclusiva, o Transporte Solidário – era importante nós sabermos quantas pessoas beneficiam, as pessoas envolvidas, não só ??? quantas pessoas se envolveram a dar a cara, como também as pessoas que foram beneficiadas.

--- Presidente do Executivo ---

Eu acho que sem prejuízo de podermos dar alguns desses elementos, ??? famílias, por exemplo. Sei que ??? não sei se repararam, já mudámos o figurino ???. Mas, já começámos a dar alguns dados concretos, não é só falar no projeto, mas também falar em alguns casos concretamente, porque as pessoas ??? não sei se viu o último Boletim. Não viu? ??? isso não quer dizer nada ??? tem toda a razão ??? Esses números concretos que pediu, não tenho aqui, mas podemos tentar ??? e fornecer esses números.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 1.ª

Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2020 pela 1.ª Secretária e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas.

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia

1ª Secretária

2º Secretário